LEI Nº 0271/04 DE 29 DE SETEMBRO DE 2004.

Aprova o Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Iomerê aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação a que se refere o artigo anterior é o constante da Resolução N°005/04, de 17 de setembro de 2004, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 29 de setembro de 2004.

AUJOCIR ALBERTO ZAGO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças em 29 de setembro de 2004.

ELOI RONNAU
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO
LEI Nº 0271/04 DE 29 DE SETEMBRO DE 2004
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

O Plano de Educação é o projeto político pedagógico da sociedade Iomerense que envolve todas as suas forças vivas. Portanto, não é um documento político-programático de um governo, nem uma mera carta de intenções, é um projeto onde a sociedade define e constrói uma educação de qualidade, ampla e diversificada para a formação de todos os seus cidadãos. Essa formação é de responsabilidade de todos e de cada um.

A Secretaria Municipal de Educação encabeçou uma árdua tarefa, na elaboração do Plano, mobilizando, articulando, levantando propostas, elaborando relatórios e diagnósticos, tendo contado com a efetiva participação de todos os segmentos e entidades educacionais do município, bem como, de outras representatividades, o que resultou num trabalho democrático, bem fundamentado e objetivo.

O Plano de Educação é uma proposta que impulsiona as diversidades e potencialidades, responde aos desafios e carências, considera os direitos e possibilidades existentes a serem construídos pela sociedade e suas instituições no âmbito educacional. Produz, faz e exige que se faça a educação necessária.

O Plano Decenal de Educação, deve elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e a busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas do município.

O Plano nada mais é do que um breve diagnóstico da situação atual da educação no município, comparado aos parâmetros nacionais e estaduais do setor, culminando no levantamento de inúmeros objetivos e metas a serem viabilizados a curto, médio e longo prazo.

II – MODALIDADES DE ENSINO

1- EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 - Diagnóstico

A história da Educação Infantil é relativamente recente no País. Embora iniciativas na área existam há mais de cem anos, foi nas últimas décadas que o crescimento do atendimento a crianças menores de sete anos em creches e pré-escolas apresentou maior significação.

A criação da E.E.B. Pingo de Gente em 1966 e do Jardim Bom Sucesso em 1974, foram os primeiros passos no atendimento a Educação Infantil no então distrito de Iomerê, município de Videira, com objetivo de atender crianças de 5 e 6 anos. Em 1997, com a emancipação política-administrativa de Iomerê, o município assumiu a educação desta faixa etária. No ano de 1999, foi criado o Centro Educacional Municipal de Iomerê, através do Decreto Municipal nº 0119, de 25/05/1999, abrangendo a Educação Infantil e as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. Atualmente, o município mantém três salas de Educação Infantil na sede do município e uma na localidade de Bom Sucesso.

Os quadros abaixo mostram o índice de atendimento por faixa etária no município de Iomerê no ano de 2004:

Pré – escola

Ano / N° de Crianças	1999 (04 anos)	1998 (05 anos)	1998 e 1999 (04 e 05 anos)
Residentes no município (zona rural e urbana)	36	37	73
Matriculadas (zona rural e urbana)	33	35	68
% crianças na escola	91,67 %	94,59 %	93,15 %

Avaliando o quadro acima, observa-se que o município de Iomerê oferece Educação Infantil na modalidade Pré-escola (4 e 5 anos) para todas as crianças, inclusive da zona rural, atendendo no ano de 2004 93,15% das crianças. Este é um índice extremamente elevado para os padrões brasileiros.

Creche

Ano / N° de Crianças	2003 (<01 ano)	2002 (01 ano)	2001 (02 anos)	2000 (03 anos)	2000 a 2003 (0 a 3 anos)
Nascidas área urbana	06	03	08	11	28
Que as mães trabalham	04	01	03	05	13
Matriculadas na escola	-	-	-	11	11
% na escola	-	-	-	100 %	39,28 %

Na modalidade Creche, são atendidas todas as crianças de 03 anos que moram na zona urbana. Por outro lado, fica evidente a necessidade de ampliar o atendimento em relação à Educação Infantil de 0 a 3 anos, porém o município considera inviável manter uma Creche, uma vez que são poucas as mães que trabalham e a maioria das que trabalham preferem deixar seus filhos com parentes ou com babás em suas próprias casas. Já, em relação às crianças de 0 a 5 anos o atendimento abrange 78,22 % das crianças, estando bem acima do índice do estado, que é de 35 %.

A partir da nova LDB (Lei 9394/96) a Educação Infantil passou a ser definida como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. Desde então, a concepção em torno da Educação Infantil tem mudado consideravelmente em nosso município, principalmente em relação à formação do professor.

Mesmo sabendo que todos os professores que atuam na Educação Infantil, estão habilitados, conforme o Art.62 da LDB *"... admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal."* o município, através de seu plano de cargos e salários, pôs em extinção o cargo de professor I (magistério) incentivando que estes busquem formação em nível superior (pedagogia) até 2007. No município de Iomerê todos os professores são habilitados na modalidade de pré-escola e séries iniciais podendo, portanto trabalhar em ambas. Neste ano a situação dos professores da Educação Infantil é a seguinte:

Quadro do Corpo Docente da Educação Infantil em 2004

Nível	Quant.	Ensino Médio		Magistério		Pedagogia		Cursando Pedagogia	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Professora	4	-	-	3	75	1	25	2	66,67
Estagiária	3	3	100	-	-	-	-	3	100
Total	7	3	100	3	75	1	25	5	71,43

A tabela acima mostra que das 07 funcionárias que atuam na educação infantil 04 são professoras e 03 são estagiárias. Das professoras apenas 01 tem ensino superior em pedagogia, as demais têm magistério. Todas as estagiárias e 02 professoras estão cursando Pedagogia, em Regime Especial na UNOESC - Videira, através do incentivo dado por Lei Municipal, que autoriza o município de Iomerê a conceder Bolsa de Estudos a Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Professor I e a contratar estagiários.

Além do incentivo por uma formação básica adequada, vem sendo oportunizado, através da Secretaria Municipal de Educação, a formação continuada através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e do PROMA, os quais tem propiciado excelentes resultados em prol da melhoria da prática pedagógica e da qualidade de ensino.

1.2 - Objetivos e Metas:

1. Garantir efetivamente e dentro do que prevê a legislação, a carga horária correspondente às horas atividades, a serem prestadas na unidade escolar, utilizando estes espaços do professor titular para as atividades de: Educação Física, Recreação e Inglês.

2. Promover a ampliação do atendimento da clientela potencial da educação infantil, na modalidade pré-escola (4 e 5 anos) em 100%, ou o mais próximo do teto máximo, até o ano de 2006.

3. Ampliar o transporte escolar da área rural, com vistas ao atendimento da clientela potencial da faixa etária dos 4, 5 e 6 anos.

4. Oportunizar o acesso à informática na educação infantil, dentro de estratégias pedagógicas correspondentes a este nível de escolarização.

5. Promover a formação continuada do corpo docente, oportunizando que até 2005 todos os profissionais que atuam na formação direta das crianças, tenham participado do PROFA - Programa de Formação de Alfabetizadores, dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, do PROMA e outros cursos de interesse coletivo.

6. Incentivar a formação de profissionais para atuar na área da Educação Infantil e nas suas especificidades: psicomotricidade, atividades lúdicas, musicoterapia, e outras práticas.

7. Incrementar e institucionalizar programas que promovam o atendimento especializado, nas áreas de: assistência social, psicologia e/ou psicopedagogia, fonoaudiologia, pediatria, odontologia e outras, sempre em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

8. Proporcionar a cada faixa etária, materiais didático-pedagógicos adequados, capazes de promover os estímulos necessários e a boa aprendizagem em cada etapa da educação infantil, como: livros infantis, livros didáticos, materiais de expediente, brinquedos, jogos, entre outros.

9. Disponibilizar referencial literário e de pesquisa nas unidades escolares, para manuseio dos professores e alunos.

10. Disponibilizar referencial pedagógico para embasar o trabalho dos profissionais da educação.

11. Reformular o Plano Político Pedagógico frente às concepções da formação continuada (PROFA, PCNs e PROMA), a legislação vigente e, as concepções e necessidades locais.

12. Estabelecer a organização dos grupos de crianças na Educação Infantil, conforme determinação do Conselho Municipal de Educação abaixo:

Idade	Nº de crianças	Professor	Auxiliar
3 a 4 anos	12 a 15	1	1
4 a 5 anos	20	1	-
5 a 6 anos	25	1	-

2 - ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 - Diagnóstico

O Ensino Fundamental no município passou por novos direcionamentos na última década, como: polarização das escolas multisseriadas junto à sede do município e a comunidade de Bom Sucesso; implantação e incremento no transporte escolar; e criação do Centro Educacional Municipal de Iomerê, em função da absorção dos alunos das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental pertencente à rede estadual de ensino.

Atualmente, conforme demonstra o quadro abaixo, o município é o responsável pelas quatro séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e o Governo do Estado responde pelas quatro séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) em duas escolas, uma na sede do município e outra no interior, na localidade de Bom Sucesso.

Responsabilidade no Atendimento do Ensino Fundamental – Ano Base 2004

Nível Ensino	Total Alunos	Rede Municipal		Rede Estadual	
		Nº	%	Nº	%
1ª a 4ª Série	171	171	100	-	-
5ª a 8ª Série	206	-	-	206	100
Total	377	171	100	206	100

Com o objetivo de reduzir a retenção de receita municipal pelo FUNDEF, a municipalidade criou o Centro Educacional Municipal de Iomerê, através do Decreto nº 0119, de 25/05/1999. Este ato foi determinante para que o município passasse a atuar mais expressivamente através de sua rede, frente à comunidade Iomerense, possibilitando uma melhor estruturação e garantia da qualidade do ensino, com inferência mais direta do município, através das propostas pedagógicas já institucionalizadas por esta rede.

O marco inicial desta escola se deve à gestão compartilhada proposta pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de municipalização de sua matrícula de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, firmada com a prefeitura, no ano de 1999.

Hoje o município pode orgulhar-se por não ter nenhuma criança, na faixa etária dos 7 aos 14 anos, fora da escola.

Quanto ao corpo docente, 100% dos profissionais efetivos que atuam no Ensino Fundamental, possuem habilitação de nível superior. Algumas áreas como: Artes, Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física e Língua Portuguesa apresentam carência de um maior número de profissionais com esta

formação específica visto que têm professores admitidos em caráter temporário, para substituir outros que assumiram cargos de direção, que ainda não têm formação em nível superior. Porém, é importante ressaltar que todos os professores que estão trabalhando com o Ensino Fundamental estão em fase de conclusão de seus estudos.

Quanto aos indicadores de eficiência, o município tem apresentado bons resultados no que tange ao índice de atendimento, aprovação, distorção série-idade, evasão, entre outros, destacando-se com nível de eficiência entre médio alto e alto, comparativamente aos demais municípios do estado.

Índice de Eficiência no Ensino Fundamental – 2003

Nível de ensino	Rede municipal			Rede estadual		
	Nº de alunos	Aprov. %	Reprov. %	Nº de alunos	Aprov. %	Reprov. %
1ª a 4ª Série	171	95,32	4,68	-	-	-
5ª a 8ª Série	-	-	-	202	94,06	5,94

Podemos avaliar no quadro acima, que o índice de aprovação no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série, teve uma redução no índice de eficiência e, podemos concluir, que uma das causas é a forma de avaliação feita pelos professores. De 1ª a 4ª série o professor faz uma avaliação geral do aluno, já de 5ª a 8ª o professor avalia o aluno apenas em sua disciplina. Outro fator que influencia no índice de eficiência é a constante migração por parte de alguns alunos. Alunos que mudam até quatro vezes de escola num período letivo não terão as mesmas condições de serem aprovados que os demais alunos.

O Ensino Fundamental no município tem sido conduzido com muita cooperação e responsabilidade até o momento, onde as redes municipal e estadual atuam de forma integrada, somando esforços, para que os programas de: transporte escolar; merenda escolar; serviços de manutenção; entre outros, sejam oportunizados de forma igualitária, independente das responsabilidades individuais.

2.2 - Objetivos e Metas:

1. Garantir efetivamente e dentro do que prevê a legislação, a carga horária correspondente às horas atividades, a serem prestadas na unidade escolar, utilizando estes espaços do professor titular para as atividades de: Educação Física, Musicalização e Inglês.

2. Cobrar do Governo Federal e Estadual, as ações que lhes cabem frente às metas estabelecidas nos Planos Nacional e Estadual de Educação.

3. Envidar esforços e parcerias no sentido de que o município obtenha no Ensino Fundamental, índices de eficiência cada vez mais elevados, visando, estar acima da média estadual e ou regional nos itens: evasão, abandono, reprovação, distorção série-idade, alfabetização, habilitação do corpo docente, entre outros.

4. Manter o acesso à informática a todos os alunos do Ensino Fundamental.

5. Transformar o prédio onde funcionou o antigo Colégio Agrícola e atualmente funciona a Prefeitura Municipal de Iomerê no Centro Educacional Municipal de Iomerê com Complexo Poliesportivo.

6. Garantir de que o número máximo de alunos por turma no Ensino Fundamental da rede municipal não exceda a 30 alunos.

7. Implantar e ampliar gradativamente o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série na rede municipal de ensino.

8. Oportunizar a formação continuada do corpo docente e a valorização do magistério.

9. Criar meios de incentivo à formação de profissionais da educação, principalmente nas áreas carentes de formação.

10. Instituir um programa de atendimento especializado aos alunos com defasagem ou dificuldades de aprendizagem, no contraturno escolar.

11. Disponibilizar atividades extracurriculares para os alunos da rede municipal e estadual, como: música, dança, judô, tênis de mesa, vôlei, futebol, futsal e artes cênicas.

12. Disponibilizar referencial pedagógico para embasar o trabalho dos profissionais da educação.

13. Disponibilizar referencial literário e de pesquisa nas unidades escolares, para manuseio dos professores e alunos.

14. Adequar a Biblioteca Pública Municipal Professor Álvaro Antônio Maurina para atendimento da clientela, segundo horários e forma adequada a promoção da leitura e da pesquisa, visando atender a todas as faixas etárias.

15. Contratar uma bibliotecária para atender na Biblioteca Pública Municipal.

16. Ampliar e atualizar constantemente o acervo bibliográfico: livros, revistas, jornais, CD-teca, videoteca, periódicos entre outros.

17. Adequar o transporte escolar aos alunos da área rural, com o objetivo de garantir o seu acesso e segurança.

18. Ampliar os esforços das Unidades Escolares, Conselho Municipal de Educação, Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Educação, para atingir 100% de aprovação no Ensino Fundamental.

19. Reformular o Plano Político Pedagógico frente às concepções da formação continuada (PROFA, PCNs e PROMA), da legislação vigente e das concepções e necessidades locais.

20. Implementar cada vez mais os temas transversais, desenvolvendo-os de forma efetiva, oportunizando uma posição questionadora e participativa por parte do aluno, do professor e da escola frente a estas questões.

21. Garantir que na vigência deste plano, as escolas disponham de infra-estrutura física, técnica e pedagógica adequada.

22. Ampliar a integração da família no processo educacional, através de projetos participativos.

23. Apoiar e promover avaliações qualitativas do processo educacional, de forma ampla e irrestrita.

24. Manter o ensino de uma língua estrangeira, preferencialmente a inglesa, de 1ª a 4ª série.

25. Manter as aulas de musicalização, de 1ª a 4ª série.

26. Envidar esforços em prol da manutenção e ampliação dos convênios e ou programas com os governos estadual e federal, como: salário-educação, transporte escolar, merenda escolar, dinheiro direto na escola, bolsa família e outros.

3 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

3.1 - Diagnóstico

No Brasil, os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultam, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o Ensino Fundamental obrigatório, tanto nos centros urbanos quanto no espaço rural. Uma parcela destes é proveniente de regiões onde não havia escolas ou transporte escolar na idade em que deveriam freqüentar o Ensino Fundamental, outros são frutos do fracasso escolar e outros ainda são migrantes, pouco escolarizados, em busca de trabalho. Este último é considerado por nós o mais grave deles, pois também já afeta nosso município. Por Iomerê ser um município pequeno não dispõe de mão-de-obra suficiente para atender a demanda. Sendo assim, os empresários que necessitam de um maior número de funcionários, trazem estes de outras cidades, onde geralmente pertencem ao segmento da população menos escolarizada.

Segundo dados do IBGE - Censo de 2000, Santa Catarina tem 6,8% da população acima de 15 anos, não alfabetizada. O município de Iomerê apresenta índice de 3,6%, 3,2 pontos percentuais abaixo do estado e concorda com Moacir Gadotti quando ele diz que:

> "*A criação de serviços de educação de jovens e adultos tem como princípio fundamental a defesa de um ensino de qualidade, entendido como aquele que assegure aos indivíduos elementos para a realização da plena cidadania, portanto, de seus direitos políticos, econômicos e sociais. A educação que se pretende está comprometida, assim, com um projeto de mudança de vida a ser assumida como luta coletiva de educadores, educandos, comunidade e poder público".(2000, p.114).*

Foram feitos diversos levantamentos da demanda potencial a Educação de Jovens e Adultos afim de que se tivesse uma noção da viabilidade ou não de se implantar esta modalidade de ensino no município mas, com os dados em mãos, sempre se recuou pois, constatava-se que a principal defasagem de estudo e inclusive o analfabetismo, concentra-se na população das faixas etárias mais elevadas e residentes na área rural. Desta forma, toda e qualquer ação na EJA deveria levar em consideração este perfil da clientela em potencial.

Sendo assim, atualmente a administração apóia financeiramente, através de bolsa de estudo integral, todos as pessoas que queiram cursar a Educação de Jovens e Adultos em outros municípios.

Sabe-se da necessidade de manter atualizado o levantamento da clientela potencial para esta área de ensino, afim de que o município saiba a hora certa de implantar a EJA e enquanto isso não ocorre é imprescindível que se comece a

preparar professores específicos para trabalhar nesta área de atuação e elaborar uma prática pedagógica específica para a EJA.

3.2 - Objetivos e Metas:

1. Garantir bolsa de estudo integral na modalidade supletiva para os alunos que queiram estudar nos municípios vizinhos, visando resgatar a formação não realizada na idade regular, enquanto a EJA não for implantada no município.

2. Manter atualizado o levantamento da clientela potencial para a EJA, inclusive na área rural.

3. Realizar campanhas permanentes de sensibilização quanto à necessidade de voltar a estudar e estudar continuadamente.

4. Implantar a EJA no município.

5. Incentivar e criar meios capazes de minimizar ao máximo a deficiência neste nível de ensino.

6. Promover parcerias com as empresas, com objetivo de estimular e dar condições para que seus funcionários ingressem e permaneçam na EJA.

7. Promover a formação especial e continuada para o corpo docente da EJA.

4 - ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE

4.1 - Diagnóstico

A oferta do Ensino Médio no município está a cargo do Governo do Estado. Apesar do município dispor da oferta de vagas capazes de atender toda a demanda, aproximadamente 80% dos jovens correspondentes a faixa etária do ensino médio (15 aos 17 anos), encontram-se matriculados.

Vale destacar que alguns alunos procuram ensino médio fora do município. Isso se dá devido à distância de suas residências em relação à escola. Em algumas localidades do interior do município é mais perto o aluno se deslocar para os municípios vizinhos do que estudar no próprio município.

Com o intuito de facilitar o acesso a este nível de escolaridade, a Prefeitura Municipal, apesar da desobrigatoriedade legal, tem oferecido transporte escolar a todos os alunos do Ensino Médio sem qualquer custo aos usuários.

Um dos principais problemas existentes no Ensino Médio tem sido a falta de um maior número de professores habilitados em áreas específicas, como: Inglês, Matemática, Física e Artes. Esta defasagem fica evidente quando algum professor efetivo assume um cargo de direção, e tem que ser substituído por outro que não tem a mesma qualificação.

Devido o município não dispor de cursos profissionalizantes de ensino médio e pós-médio, a administração municipal tem criado condições para que os alunos concluintes do ensino médio, possam ingressar nos cursos profissionalizantes do SENAI de Videira, oportunizando auxílio bolsa de estudo. Os cursos profissionalizantes devem despertar no aluno o interesse pelo empreendedorismo, conferindo-lhe a percepção e habilidade necessárias para ingressar no mercado de trabalho como funcionário ou, até mesmo, como dono de seu próprio negócio e como enfrentar situações do dia-a-dia. A grande vantagem deste tipo de formação, é o tempo reduzido na conclusão do curso.

4.2 - Objetivos e Metas:

1. Garantir a continuidade da oferta de transporte escolar aos alunos da área rural sem custos para os mesmos.

2. Garantir bolsa de estudo para os alunos do ensino médio na modalidade supletiva que queiram estudar nos municípios vizinhos visando resgatar a formação não realizada na idade regular.

3. Ampliar o horário de atendimento da biblioteca municipal e da sala informatizada para melhor atender os alunos do ensino médio e profissionalizante.

4. Oportunizar o acesso a atividades extracurriculares como: prática esportiva, música, dança, entre outras.

5. Incentivar a implantação de cursos profissionalizantes (pós-médio) e ou isolados, em áreas carentes de formação local ou regional, aumentando a empregabilidade dos jovens.

6. Manter e ampliar os incentivos municipais através de bolsa de estudo para alunos dos cursos profissionalizantes.

7. Atualizar e ampliar o acervo bibliográfico da biblioteca, estimulando a leitura e a pesquisa dos alunos do ensino médio e de cursos profissionalizantes.

5 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

5.1 - Diagnóstico

Devido ao pequeno número de pessoas que necessitam de Educação Especial no município, torna-se inviável a construção e manutenção de um espaço próprio para esta clientela. Atualmente a Prefeitura Municipal disponibiliza o transporte escolar para estes alunos freqüentarem a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no município de Videira. No momento temos três alunos que freqüentam a APAE, sendo um em período integral e dois somente no período da tarde. Existem ainda, dois casos que necessitam de educação especial mas que não têm interesse por já terem uma certa idade.

Sabe-se que a inclusão social dos alunos com necessidades especiais, é de suma importância para que seus direitos sejam preservados e as diferenças minimizadas ao máximo. Portanto, no contraturno das aulas da APAE estes alunos freqüentam o ensino regular no município.

Os professores da rede municipal e estadual de ensino que têm alunos portadores de necessidades especiais em suas salas de aula têm uma tarefa árdua, pois trabalham com alunos de diferentes possibilidades, exigindo uma prática pedagógica diferenciada dos moldes atuais, assumindo desta maneira uma política de educação inclusiva, em que o atendimento a diversidade seja efetivamente realizado nas práticas educacionais, para que cada indivíduo possa ser cada vez mais independente, com garantia dos seus direitos frente à sociedade.

5.2 - Objetivos e Metas:

1. Implementar Sala de Apoio Pedagógico aos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

2. Garantir a inclusão social da pessoa portadora de necessidades especiais em todos os níveis de ensino.

3. Estimular a formação dos professores voltada aos níveis de dificuldades dos educandos.

4. Apoiar e incentivar a educação profissional do jovem portador de necessidades especiais.

5. Adequar os espaços físicos dos estabelecimentos, visando maior conforto ao atendimento dos portadores de deficiência.

6. Implementar, em parceria com a Secretaria de Saúde, a assistência permanente de profissionais nas áreas de fisioterapia, psicologia e fonoaudiologia.

6 - ENSINO SUPERIOR

6.1 - Diagnóstico

Os benefícios proporcionados pela educação superior - acesso a determinados círculos de relacionamento e a segmentos privilegiados do mercado de trabalho, aumento de prestígio pessoal, postergação mais ou menos subsidiada da entrada no mercado de trabalho, vantagens comparativas pela disputa por empregos em quase todos os níveis - fazem com que a demanda por educação superior tenda a crescer de forma quase ilimitada.

Portanto, o ensino superior deve transmitir, principalmente, conhecimentos de tipo geral e básico, que possam ser transferíveis de uma atividade a outra, deixando as especializações para serem proporcionadas pelo próprio mercado de trabalho ou eventualmente por cursos específicos de pouca duração. Existe uma aparente contradição entre esta idéia e a noção de que a demanda que existe por educação superior é essencialmente de tipo "vocacional", ou seja, orientada para a busca de qualificações delimitadas e diretamente aplicáveis no mercado de trabalho.

Pensando nisso, a administração municipal tem em seu orçamento, auxílio bolsa de estudo que é rateado entre todos os alunos aptos a recebê-lo, independente do curso que estejam fazendo. Este benefício está devidamente regulamentado em lei municipal, e auxilia os universitários que estudam na UNOESC Campus de Videira e na UNC de Caçador.

6.2 - Objetivos e Metas:

1. Manter o auxílio bolsa de estudos aos universitários, de acordo com a legislação vigente.

2. Manter e ampliar o acesso à biblioteca virtual da Casa da Cultura.

3. Estimular a realização de projetos de pesquisa dos universitários, tendo como foco, questões locais e que oportunizem alternativas de desenvolvimento ao município.

4. Fazer parcerias com as Universidades da região, com o intuito de que estas auxiliem o município na viabilização de projetos de desenvolvimento econômico-social.

5. Investir em materiais e equipamentos que permitam acesso às novas tecnologias e desenvolvimento de projetos de pesquisa a nível local.

6. Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal para melhor atender os universitários.

7. Viabilizar o transporte escolar a todos os universitários.

III - CORPO DOCENTE

7 – Formação dos Professores e Valorização do Magistério

Um dos objetivos centrais do Plano Municipal de Educação é a melhoria dos indicadores de desenvolvimento educacional, através do oferecimento de uma educação de qualidade, que assegure o acesso para todos na devida faixa etária, propiciando sua permanência na escola e conduzindo o cidadão ao aperfeiçoamento contínuo. No entanto, dados estatísticos demonstram que, também a situação sócio-econômica do professor influencia na aprendizagem. Então, faz-se necessária implantação de políticas de valorização do magistério, que contemple a formação profissional inicial, boas condições de trabalho, cuidados de prevenção à saúde no exercício da função, salário digno, plano de carreira, formação continuada, entre outras, para que este plano tenha bons resultados.

A existência de professores qualificados é considerada uma condição essencial para o sucesso da escola. Qualificação se refere tanto à qualidade da formação inicial recebida pelos professores quanto ao processo continuado de formação em serviço, que se dá no interior da própria escola, ou por meio de cursos de ampliação e atualização de conhecimentos escolares específicos e técnico-pedagógicos. (PRASEM III, Guia de Consulta, 169)

Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria de ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho.

A adequada formação dos profissionais do magistério constitui elemento fundamental para a melhoria da qualidade da educação escolar no Brasil. Há grandes desafios a serem vencidos, dentre eles, destacam-se a habilitação dos professores leigos em exercício nos sistemas de ensino e o desenvolvimento de estratégias de formação continuada, que valorizem os profissionais e mantenham-nos atualizados para o desempenho de suas funções.

A garantia da qualidade da educação depende de vários fatores. O mais importante deles, com certeza, é aquele relativo à competência dos profissionais do magistério. Educadores bem formados, atualizados e motivados constituem o elemento básico para a educação de qualidade.

Portanto é responsabilidade do poder público proporcionar meios de atualização para os profissionais do magistério. O êxito do processo educacional não depende apenas do nível de formação inicial dos educadores. Os conhecimentos se renovam, as práticas se modificam. O acesso a inovações é um direito do profissional que pretende desempenhar a contento suas funções durante toda sua vida de trabalho.

Pensando nisso a Administração Municipal vem, através da Secretaria de Educação, garantindo a qualificação dos profissionais da educação, através de

programas de formação continuada, como: PROFA, PCNs e PROMA, em parceria com o colegiado da educação da AMARP e também através de cursos de interesse comum com relativa freqüência.

O município de Iomerê aderiu ao PROFA - Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, no ano de 2002. Concluiu o programa atingindo 100% dos professores municipais, inclusive os que trabalham com a Educação Infantil.

A formação dos formadores para os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais iniciada no ano de 2001 através de encontros regionais junto ao pólo de Joaçaba da região da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC foi paralisada em 2002, devido à incompatibilidade de horário dos professores e ao início do PROFA. No ano de 2003, com a conclusão do PROFA, Iomerê reiniciou a formação de formadores dos PCNs com a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP. Atualmente os PCNs da educação infantil e do ensino fundamental estão em pleno andamento sob a coordenação de uma coordenadora de ensino e de uma professora.

O Programa de Formação de Professores de Matemática das Séries Iniciais do Ensino Fundamental - PROMA surgiu da necessidade de saber qual a melhor maneira de ensinar a matemática para as crianças, já que ficou comprovado que as menores notas em concursos públicos e vestibulares se dá nesta área.

Os programas de formação continuada (PROFA, PROMA e PCNs) se apresentam como uma grande alternativa em prol da qualificação e aperfeiçoamento constante do corpo docente, com baixos custos, maior integração, abordagens em torno da problemática local, direta relação e inferência na prática pedagógica.

A introdução de novas tecnologias na educação tem exigido competências múltiplas dos profissionais da área, por isso, investimentos em formação técnica, equipamentos e materiais apropriados, são necessidades primordiais para que os mesmos e até a própria escola, não fiquem defasados em relação aos alunos ou parte destes e, aos demais setores da sociedade que apresentam melhores condições de absorver tais recursos tecnológicos.

Cuidar da formação e do aperfeiçoamento continuado dos profissionais da educação constitui responsabilidade inafastável dos sistemas de ensino. A qualificação do magistério é parte integrante de uma consistente política de valorização do magistério, que inclui melhoria de remuneração e de condições de trabalho.

Não é suficiente garantir bons salários e escolas bem equipadas. Tampouco basta oferecer oportunidades de estudos e atualização sem assegurar remuneração condigna e ambiente propício ao trabalho.

Ser valorizado é direito de qualquer profissional, porém, a importância que se atribui ao magistério é diferenciada de todos os demais, por isso, a valorização salarial é de pleno direito na prática e não apenas nos discursos e intenções.

No aspecto da docência, vale destacar que 35,71 % dos professores que atuam nas escolas existentes no município, tanto da rede municipal quanto da rede estadual, estão buscando a formação básica em licenciatura. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série ainda carecem de um maior número de professores com nível superior, fator este que será sanado em pouco tempo, como demonstra o quadro abaixo. No Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e no Ensino Médio o nível de

formação dos professores é de dar inveja aos demais municípios do estado. Porém ainda faltam alguns professores se habilitarem para que o município atinja 100% na formação de professores em nível superior. Apenas 07 professores de 1ª a 4ª série não tem habilitação em nível superior, sendo que destes 04 são da rede municipal e 03 são da rede estadual, porém vale destacar que 04 professores estão em fase de conclusão de curso o que ampliará o nível de formação dos professores em breve. Outro fator a destacar na formação do corpo docente é de que os 03 professores não habilitados que lecionam no Ensino Médio estão substituindo outros que assumiram cargos de direção de ensino e estão em fase de conclusão de curso.

Nível de formação dos docentes no ano de 2004

ÁREA DE ATUAÇÃO	NÍVEL DE FORMAÇÃO										
	TOTAL	ENSINO MÉDIO				ENSINO SUPERIOR					
		MAGIST	%	OUTRA FORM.	%	COM LIC.	%	SEM LIC.	%	CURS.	%
Educação Infantil - Pré escola	**7**	3	42,86	3	42, 86	1	14,28	-	-	5	71,43
Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série – Mun.	**16**	2	12,50	2	12,50	12	75	-	-	2	12,50
Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série – Est.	**3**	3	100	-	-	-	-	-	-	2	66
Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série	**21**	2	9,52	6	28,57	11	52,39	2	9,52	8	38,09
Ensino Médio	**9**	1	11,11	2	22,22	6	66,67	-	-	3	33,33
TOTAL GERAL	**56**	11	19,64	13	23,21	30	53,58	2	3,57	20	35,71

Fonte: Secretarias das Escolas Estaduais e Secretaria Municipal de Educação

Dois fatores foram fundamentais para a melhoria considerável na formação do corpo docente nos últimos anos no município. Um deles foi a nova LDB, que determinou até 2007 como prazo limite para formação mínima para o magistério, e o segundo foi a política educacional da municipalidade que exige, para admissão em seu quadro de funcionários, somente profissionais habilitados em pré-escola ou séries iniciais, colocando em extinção o cargo de professor I, ou seja, o que tem somente o nível médio na modalidade normal.

A especialização em Pós-graduação é outro fator positivo. Atualmente as redes municipal e estadual de ensino dispõem de 08 profissionais pós-graduados em Educação Infantil e Séries Iniciais e 05 em disciplinas específicas em nível de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série e Ensino Médio.

IV - FINANCIAMENTO E GESTÃO

8 – Financiamento e Gestão do Plano

A partir da criação do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, através da Emenda Constitucional nº 14/96, os rumos da gestão educacional nos municípios foram alterados. A necessidade de matrícula na rede municipal para restituição per capta dos valores retidos pelo fundo, da receita do município, alterou profundamente as políticas municipais na área educacional.

Para o caso específico do município de Iomerê, o qual, vinha polarizando as escolas isoladas junto à rede estadual, na sede do município, o mesmo viu-se "saqueado" pelo FUNDEF. A partir desta nova realidade, somaram-se esforços no sentido de criar uma rede municipal de ensino fundamental, a qual se efetivou com a parceria entre o Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal, no ano de 1999, através da municipalização efetiva desta matrícula e criação do Centro Educacional Municipal de Iomerê, com sede na Escola de Educação Básica Frei Evaristo e Escola de Ensino Fundamental Laércio Caldeira de Andrade. Atualmente, a escola municipal conta com 264 alunos de pré-escola a 4ª série, restituindo em torno de 32 % dos recursos do FUNDEF, conforme se pode comprovar a seguir:

RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF – 2001 A 2003

Ano	Contribuição – R$	Restituição – R$	%
2001	391.719,07	136.948,83	34,96
2002	496.468,73	160.339,01	32,30
2003	561.638,39	181.264,14	32,28

Fonte: Setor contábil da Prefeitura Municipal de Iomerê

Apesar das perdas com o FUNDEF, há de se reconhecer à importância da criação deste fundo pelo governo federal, o qual além de promover um ganho considerável em todos os índices educacionais no país como um todo, fez concretizar nas administrações municipais a necessidade do real investimento na educação, com os respectivos recursos que lhe são de direito e, que tão facilmente eram redirecionados para outras unidades orçamentárias do município.

Há uma tendência bastante forte em torno da municipalização de todo o ensino fundamental, com isso, o município passaria a restituir mais de 70% do FUNDEF, tendo o município, toda a gestão educacional, embasada segundo seus parâmetros, eliminando a figura do estado, que normalmente é mais distante a realidade e necessidades locais.

O município tem priorizado a educação, destinando a maior fatia dos seus recursos para o setor: no ano de 2001 – 28,6 %, em 2002 – 27,04 % e em 2003 – 27,72 %. Tais investimentos se justificam segundo as seguintes conquistas: investimentos em novas tecnologias de apoio educacional; aquisição de materiais didático-pedagógicos, equipamentos e mobiliários; programa de apoio à formação e qualificação do corpo docente; contratação de profissionais; entre outros .

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

9 – Acompanhamento e Avaliação do Plano

O acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação é de responsabilidade de toda a coletividade e, de modo especial, dos órgãos diretamente ligados a gestão educacional (Unidades Escolares, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação) e do Poder Público Municipal.

As metas apresentadas neste plano fazem parte de um momento específico e situacional, necessitando obviamente, de reavaliações constantes e melhorias de acordo com que a realidade se apresente, em relação aos aspectos econômicos, sociais e políticos.

Ao município, cabe a cobrança em torno dos Planos Nacional e Estadual de Educação, pois muitas das ações/metas do Plano Municipal estão conjunturalmente associadas aos planos das esferas superiores e dependem de mudanças significativas. Por isso, a união de esforços em torno da causa educacional é de extrema importância, para que ações efetivas continuem a ocorrer e sejam implementadas garantindo assim, uma educação que possibilite aos munícipes condições de inserção no mercado de trabalho e por extensão a melhoria da qualidade de vida no município.